

# A CAPITALIZAÇÃO DAS CULTURAS DO TRABALHO: CONSCIÊNCIA DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS

*AUGUSTO CACCIA BAVA JR. \**

## INTRODUÇÃO: SOBRE A CONSCIÊNCIA OPERÁRIA DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E AS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS

O presente texto vem propor uma reflexão sobre teorias e pesquisas voltadas ao estudo das condições de desenvolvimento da consciência de classe de trabalhadores assalariados, subordinados a determinadas estratégias empresariais. Essa problemática veio sendo discutida em nível internacional desde a década de setenta, tendo se destacado os trabalhos de sociólogos analistas das relações de produção industriais alemãs (então ocidentais) e de teóricos estudiosos das ideologias e da consciência social. No Brasil, as pesquisas que mais frutificaram ocorreram no contexto das eclosões dos movimentos grevistas do ABC, desde 1978.

No início do século, Lenin apresentou, no interior da polêmica que travava a caminho da revolução de outubro, argumento substantivo sobre o caráter da relação dos partidos liberais com o movimento operário, que pode ilustrar alguns dos aspectos que abordaremos ao longo desse trabalho. Ele argumentava que os partidos que se apresentavam para a massa trabalhadora não

deveriam significar referência de futuros privilégios, mas sim, expressão das necessidades dessas amplas massas trabalhadoras. Assim, "o *quid* do problema. consistirá... em que as *multitudinárias* massas populares,..., cheguem a ser democratas conscientes, vale dizer, inimigas bem decididas, conseqüentes e firmes da estreiteza de visão, da limitação mental, das meias tintas e da covardia liberais".<sup>1</sup>

Em nosso século e, em particular, após a 2<sup>a</sup> Guerra Mundial a presença das massas trabalhadoras organizadas, tanto do campo como das indústrias, passava a ter mais significação para as classes proprietárias dos meios de produção do que as manifestações políticas de suas lideranças, sindicais ou partidárias.

Georg Lukács e Istvan Mészáros foram dois filósofos europeus que, desde as primeiras décadas do século, se destacaram no empreendimento da compreensão dessa nova forma de manifestação do caráter da consciência de classe das massas trabalhadoras, perante os desafios postos pelas forças liberais.

\* Professor do Departamento de Sociologia - FCL/Unesp, Araraquara.

Entre os pesquisadores brasileiros Ricardo Antunes vem seguindo esses dois autores, realizando estudos significativos sobre essa questão teórico-prática, como são seus livros "Classe operária, sindicatos e partidos políticos no Brasil" e "A rebeldia do trabalho".

As relações sociais de produção material e a consciência social delas derivadas foram clarificadas por Lukács, em 1938, nos limites da crise do liberalismo europeu e da emergência de intensas mobilizações de massas assalariadas, nos centros urbanos industriais daquele continente. Através de estudos da produção literária do primeiro pós-guerra, ele analisou o embate entre ideologias liberais e democráticas, destacando primeiramente o fato de que "a câmara de torturas e o campo de concentração salvaram tão pouco o capitalismo imperialista de monopólio, como o feudalismo moribundo pôde ser salvo pelo assassinato em massa da noite de São Bartolomeu"<sup>2</sup>.

As contradições que inspiravam a luta entre liberais e democratas não se cristalizavam em partidos políticos, isto é, não fragmentavam o poder legislativo consolidado pelas revoluções burguesas de então.

*"A história dos partidos desta época mostra, na maioria dos países, o fato precisamente característico de que os liberais e os democratas estão organizados, na maioria dos casos, nos mesmos partidos; de que a luta entre liberalismo e democracia se manifesta nos mesmos partidos como luta pelo (seu) programa e pela tática."*<sup>3</sup>

De outra parte, os movimentos democráticos e populares de oposição ao capitalismo monopolista, não chegavam ao centro das polêmicas partidárias. Apenas

geravam o que Lukács ironicamente denominou "consciência de culpa" junto à inteligência liberal. Mas, às vésperas da 2ª Grande Guerra, a humanidade encontrou-se diante de uma verdadeira transformação ideológica, nas relações das classes dominantes com o povo. As revoluções burguesas viviam seus limites dados nas próprias relações com as massas trabalhadoras, desde meados do século XIX, pois, "os presumidos sucessores dos jacobinos encontram-se do lado daquela "ordem" que *exclui* os trabalhadores" e assim são possuídos "... do medo ante a realização de transformações democráticas da sociedade"<sup>4</sup>. Aqui se encontra a primeira manifestação moderna da exclusão social: a exclusão política.

A divisão capitalista do trabalho incorporou às relações sociais de produção sob o capitalismo esse medo burguês. A subjetividade derivada dessa rejeição política das massas trabalhadoras assumiu a forma de pressupostos da gerência da força de trabalho nos termos do taylorismo e, posteriormente, do fordismo. Quanto mais as massas trabalhadoras se mobilizavam, apontando os limites das estratégias liberais-democráticas, mais as estratégias empresariais sofisticavam na busca de novas formas de dominação do trabalho assalariado, através de teorias de gerências dos chamados Recursos Humanos.

A intelectualidade e as lideranças sindicais também enfrentavam esse fenômeno ideológico dominante, ora persistindo na defesa dos interesses das massas trabalhadoras, ora assumindo o medo pertencente ao universo do capital, buscando soluções das contradições emergentes numa perspectiva antipopular "e inspirada no temor ao povo por parte das camadas reacionárias

dominantes". Assistia-se à semelhança de todos os fenômenos sociais, ao que Lukács chamou "capitalização de toda cultura". Essa capitalização objetivada deu ao filósofo de Budapest argumento para afirmar que a luta pela democracia tornava-se uma luta necessariamente voltada contra o liberalismo, que diante das misérias nazi-fascistas restringiu-se à defesa de um humanismo abstrato, que acabou se universalizando nas Declarações dos Direitos dos Homens<sup>5</sup>.

Aos liberais-humanistas do nosso século, importava a atenção do Estado e de suas instituições públicas, que deveriam se voltar aos indivíduos isoladamente, que para Lukács seriam os "indivíduos solitários". Para as ideologias democráticas, de outra parte, a atenção do Estado deveria se concentrar no reconhecimento da justeza das consignas dos movimentos populares e da necessidade do aprendizado com esses movimentos<sup>6</sup>.

Em outro texto, também redigido em 1938 Lukács(1966) alerta para os riscos da glorificação das formas contemporâneas de desenvolvimento capitalista das forças produtivas. Essa atitude intelectual poderia resultar em prática de negação do caráter histórico progressista das formações capitalistas, perante um passado de miséria e exploração absoluta da força de trabalho.

O filósofo de Budapest desnudou o liberalismo idealista, através da crítica literária, como forma burguesa dominante de realização da subjetividade, expondo a sua condição humana, como sendo a do "homem harmonioso", imobilizado perante a história. Para ele, o idealismo liberal poderia desaguar em concepções teóricas e estéticas que apresentam o capitalismo como "um grande cemitério da autenticidade", dentro do qual a

"grandeza humana (é) assassinada", quando então," os indivíduos hão de ser,..., ou tontos explorados ou canalhas" e não mais personagens dramáticas presentes no processo de realização da vida<sup>7</sup>.

Pelos argumentos, acima recuperados, de um entre outros intelectuais que deram sustentação às pesquisas de Antunes, devemos reconhecer que o enfrentamento teórico contemporâneo das questões relacionadas com o trabalho assalariado, como das estratégias empresariais de gestão da força de trabalho não podem escapar a esse embate ideológico, que persiste desde meados do século passado até dias de hoje.

E legítimo buscar compreender as manifestações da consciência operária, como expressão da subjetividade das classes trabalhadoras, em um momento histórico em que eram tratadas pela própria burguesia brasileira como operários. Da mesma forma que é pertinente estudá-las no contexto da realização das estratégias empresariais, independente das manifestações político-partidárias de apoio ou rejeição às suas consignas. Para isso devemos entender o caráter do trabalho assalariado.

## O TRABALHO ASSALARIADO

Todos os aspectos referentes às formas de existência das classes trabalhadoras foram objeto de grandes controvérsias. E o trabalho assalariado, enquanto condição social de reprodução de valor, não escapou a esse contexto. Nas primeiras décadas do século XX, Bernstein e Rosa Luxemburgo discutiram o caráter antagônico da realização do valor-trabalho. Para ela, Marx "concebeu a economia capitalista por inteiro como um

fenômeno histórico, cuja história se alonga não somente para trás dela, (a economia capitalista),..., como ainda no futuro; foi por ter considerado não apenas o passado, a economia feudal, mas também o futuro socialista", que Marx teria abalado as convicções sociais-reformistas da época. Rosa destacava o mérito de Karl Marx, apontando o segredo por ele desvendado: "a descoberta do caráter efêmero e transitório da economia capitalista, do seu fundamento e, por conseguinte... o objetivo final socialista"<sup>8</sup>.

As relações de produção capitalistas não seriam mais consideradas harmoniosas, mas tensas, antagônicas, além de históricas e transitórias. Os conceitos que viriam a refletir aspectos dessas relações também estariam impregnados desse caráter. A verdade que abrigam é histórica e transitória e circunscrita a determinados períodos e contextos de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção de determinada formação social. A sociedade não é uma ordem mas uma formação social em movimento.

O trabalho assalariado, desse modo, pode ser concebido num contexto teórico e ideológico comprometido com a reafirmação do sistema capitalista ou na perspectiva de sua negação, produzida desde uma perspectiva de emancipação e de utopia socialista. Dentro desses dois prismas poderá se configurar a reiteração da expropriação ou a projeção da emancipação do trabalho. No primeiro caso, o trabalho assalariado será debatido nas situações determinadas pelos espaços e tempos de produção e da reprodução do capital.

No horizonte da emancipação socialista

poderá tocar questões relativas à expropriação da força de trabalho e à exclusão social que dela derivam. O trabalho assalariado é, portanto, portador de duas dimensões subjetivas, simultâneas e contraditórias, que se realizam no processo de formação ou de venda da força de trabalho.

É imprescindível distinguir ocupação da força de trabalho da venda. A primeira pode se realizar em diversos universos, como o doméstico, o da solidariedade, o da luta política, e da revolução social, o dos movimentos populares e outros. A venda da força de trabalho para posterior uso produtivo é realizada no mercado e na produção de caráter capitalista.

No primeiro contexto - de ocupação - nós temos a possibilidade de identificar formas de utilização da força de trabalho, como expressão das culturas das classes trabalhadoras e subalternas. Aqui a produtividade do processo de ocupação da força de trabalho é identificada pela potencialidade de transformação dessa força, pela intensificação da formação cultural de seus grupos integrantes.

O aspecto notável para o desenvolvimento de nossa análise é o trabalho assalariado já carregar dimensões qualitativas das relações sociais de produção, como a presença de excedente da força de trabalho no mercado. Por isso, os componentes quantitativos não podem ser expressos apenas numericamente, ou mesmo abstratamente, por exemplo, pelo conceito de superpopulação. É, assim, de grande atualidade o que Lukács elaborou em 1921, ao analisar alguns dos componentes do taylorismo indicando até, aspectos que se aproximam da potencialidade da tecnologia da informática contemporânea. Citemo-lo:

*"Com a decomposição moderna "psicológica" do processo de trabalho (sistema Taylor) esta mecanização racional penetra até a "alma" do trabalhador: até suas qualidades psicológicas se separam de sua personalidade total, se objetivam frente a ele, com objetivo de inseri-las em sistemas racionais especializados e reduzi-las ao conceito calculístico. O principal é para nós o princípio que assim se impõe: o princípio do cálculo, da racionalização baseada na calculabilidade. As transformações decisivas que com ele se produzem no sujeito e objeto do processo econômico são as seguintes: em primeiro lugar a computabilidade do processo de trabalho exige uma ruptura com a unidade do produto mesmo, que é orgânico-irracional e está sempre qualitativamente determinada. A racionalização, no sentido de um cálculo prévio e cada vez mais exato de todos os resultados que se deseja alcançar, só pode ser conseguida mediante uma decomposição bem detalhada de cada complexo em seus elementos, mediante a investigação das leis parciais especiais de sua produção" (grifo do autor)<sup>9</sup>.*

Dessa forma não poderíamos deixar de reconhecer o caráter reificado de toda prática corporativa sindical reivindicatória espontânea, como da calculabilidade patronal no processo de expropriação agressiva da força de trabalho, dos possuidores dessa potencialidade. Pela mesma razão, o estudo do impacto da produtividade junto à subjetividade dos trabalhadores em formação e da consciência operária poderia trazer significativas contribuições para a crítica dos aspectos da consciência real, psicossocial, contingente, da subjetividade e da própria linguagem dos trabalhadores organizados.

## A FORÇA DE TRABALHO

A força de trabalho tem seu valor objetivo definido no contexto de acumulação capitalista nacional e internacional. Dowbor (1982) ressalta que "a gradual passagem de uma série de contradições capitalistas para a área internacional" fez com que "tanto a

problemática nacional, quanto a problemática internacional (repousassem) sobre o mesmo processo de acumulação capitalista". E, no contexto da formação social brasileira, a divisão do trabalho espelha essa divisão internacional, cuja característica principal, contemporânea é a de se realizar no processo da "internacionalização do capital produtivo"<sup>10</sup>.

As interpretações realizadas no horizonte da Economia Clássica sobre o valor de troca da força de trabalho devem ser colocadas a margem, uma vez que os processos presentes não poderiam ser mais pensados a partir de pressuposições, como a da existência de taxas de salário, sob a forma de "variável resultante da oferta e demanda de trabalho do volume total de população e... do ritmo de acumulação de capital". O valor da força de trabalho e a taxa de salário não são mais "exógenas ao funcionamento da economia capitalista, sendo determinada pelo movimento de acumulação de capital", como também o confirma Souza (s/d).<sup>11</sup>

Ao se discutir o caráter emancipador das reivindicações sindicais deve-se ter em conta eventuais mudanças nos padrões de acumulação, que podem vir a produzir "mudanças nos padrões variáveis como: taxa de salários, estrutura salarial, sistema de financiamento, etc." E, para as nossas considerações em torno dos dois estudos de Antunes, já citados, interessa-nos o caráter da estratégia de financiamento da produção, dos anos de 1974-78, quando a produção industrial passou a depender, diretamente, dos termos do financiamento internacional da produção industrial, que implicou em subordinação das principais unidades monopolistas à lógica do capital financeiro

internacional, e a sua política de juros e crédito.<sup>12</sup>

Do deslocamento do contexto de definição do valor de troca da força de trabalho para o das relações internacionais resultou a indefinição de políticas salariais que correspondessem à necessidade de reprodução da força de trabalho nacional, compatível com padrões internacionais experimentados pelo capital, o que exigiu a implantação de um regime de repressão política ao movimento operário e sindical.<sup>13</sup>

Se o quadro que se apresentava era de intensa ofensiva do capital financeiro internacional, através de sua política de juros e créditos, seria preciso investigar se as estratégias empresariais fixadas pelos dirigentes das unidades monopolistas de produção de bens duráveis e de máquinas e equipamentos expandiram ou estreitaram as bases de formação do mercado de trabalho da categoria dos trabalhadores metalúrgicos.

Tomamos de Klaus Dull (1978) a concepção de estratégia empresarial, entendida como a forma particular de realização da produção forjada pela "mediação entre técnica, organização do trabalho e estrutura de qualificação". Através desse conceito a relação capital trabalho se evidencia nas relações concretas de produção em determinadas unidades empresariais. Essa estratégia parece indicar mais de perto o conteúdo social das relações de exploração da força de trabalho, particularizando os momentos de expansão do capital<sup>14</sup>.

Tornam-se também pertinentes as ponderações de outro sociólogo alemão, Günter Bechtle, quando afirma que: "as relações entre condições de valorização do capital particular, no interior do processo

concreto de produção, e as condições de reprodução, postas no processo geral de produção, podem ser analisadas ao nível da "empresa", *entendidas como processo de constituição e dissolução de sua própria unidade, segundo transformações - ou igualmente a esclerose - das formas de dominação, de tecnologia, de organização (pois) a autonomia do capital particular e as condições sociais de valorização do capital e de reprodução intervêm na organização dos processos concretos de produção das empresas, de modo conflitante, senão contraditório*".<sup>15</sup>

#### A PERDA DO VALOR DA FORÇA DE TRABALHO

Para as reflexões que nos interessam, aqui, o importante é destacar o fato de que as confrontações entre capital e trabalho não escapam às determinações do processo de realização do capital, se vistas do ângulo do movimento político e sindical. Pois, como bem situa Mézáros (1989),

*"... dadas as condições sob as quais o fundamental antagonismo estrutural da ordem social capitalista se faz valer, ele só pode acarretar resultados **contraditórios** para **ambos** os lados desse confronto irreconciliável. Para o trabalho, a obtenção de concessões se dá ao preço de ser tangido para o quadro da constante redução do montante de **trabalho necessário**, requerido para assegurar a continuidade do processo de reprodução capitalista, sem, todavia, conquistar de modo algum o poder de tornar aceitável a legitimidade (e a necessidade) de organizar a produção de acordo com o princípio de **tempo disponível**; única salvaguarda viável, a longo prazo, contra a sujeição à extrema penúria e indignidade do **desemprego em massa**" (grifo do autor)*<sup>16</sup>.

Sendo verdadeiro esse raciocínio, a massa trabalhadora envolvida pelo movimento sindical deveria agir, necessariamente, no

sentido do desenvolvimento do capital, participando do processo social que implica na redução do tempo de trabalho necessário e de reprodução da força de trabalho, quer pelo aumento da produtividade, quer pela redução do ritmo da produção das empresas atingidas pelo movimento sindical.

Por isso, autores constataam que a exploração ou superexploração da classe trabalhadora é um fenômeno internacional. Um deles é Ernest Mandel (1986), para quem somente a redução expressiva da jornada de trabalho é que libertará a massa trabalhadora para atividades voltadas à sua emancipação e, não a elevação da remuneração do trabalho.

Mandei localiza, nos finais dos anos setenta, a emergência de movimentos de confronto do

*"proletariado internacional...com o capital em torno da problemática "austeridade ou redução da duração do trabalho sem redução do salário direto e dos serviços sociais", com uma força numérica, organizacional e militante, consideravelmente acrescida, acumulada nos anos 50, 60 e começo dos anos 70, vale dizer, durante o período de auge econômico de longa duração do pós-guerra".*

E prognosticando o crescimento do movimento sindical em torno dessa luta, afirma:

*"... é por esta razão que a resistência da classe trabalhadora contra a austeridade vai aumentando, se espalhando, a ponto de tornar-se periodicamente explosiva e (tendendo) a se generalizar nacional e internacionalmente".<sup>17</sup>*

A partir de Mandei, podemos recolher algumas indicações do contexto que evoluía à época das greves do ABC de 1978 a 1980, pois, ele mesmo esclarece que o desenvolvimento do capitalismo tenderá a se realizar sob um período de longa depressão e de um desemprego em larga escala, uma pressão em grande escala pela crescente

extração de mais-valia de um número de dias de trabalho e de trabalhadores produtivos, cuja tendência é a de estagnação e do declínio lento.

Smith (1988) analisando a política salarial e o mercado de trabalho brasileiro nos anos 60 até meados da década seguinte, afirmava a seu tempo que:

*"a política salarial, ou indexação salarial (como) componente do programa de estabilização econômica de 1965-1967, é crucial para a discussão da determinação dos salários..." e "... dada a menor demanda por mão-de-obra na ocasião, o efeito da compensação não plena da inflação foi o de reduzir os níveis de salário real e resultou na política conhecida como arrocho salarial"<sup>18</sup>.*

Os espaços institucionais, onde se realizam as negociações salariais, o autor chama de "sistema brasileiro de relações industriais... sistema corporativo composto por organizações sindicais de trabalhadores e empregadores, patrocinadas pelo Estado". Os primeiros representariam categorias profissionais, enquanto que os segundos, as chamadas categorias econômicas, enquadradas pelo Ministério do Trabalho como grupos de empresários que realizam atividades afins. Para esse autor, está implícita a convicção de que os sindicatos agem mais no interior desse sistema do que através de articulações realizadas com partidos políticos que defendam interesses comuns aos dessas corporações. Essa concepção, se por um lado permite o detalhamento da trajetória das contendas sindicais, limita, de outra parte, o âmbito das análises técnicas, visto que esse sistema não é gerador de ideologia e, tampouco, de consciência de classe autonomamente, a não ser que a consciência fosse entendida, exclusivamente, como consciência contingente, como consciência real, nas

palavras de Istivan Mészáros.

Smith registra, em sua análise, o processo de especialização da política de arrocho salarial desencadeada pelo regime militar nos anos sessenta e setenta. O período que antecede as greves do ABC, de 1978 a 1980, é definido pelo autor como "de crescimento econômico ainda sensível mas já se debilitando e de repressão política atenuada. Um período em que o regime militar promulga decretos-lei atrás de decretos-lei", até o término do que ele chamou de "período discricionário (que) chega ao fim com a Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que estabelecia um sistema de indexação semestral dos salários de acordo com um índice de preços publicado regularmente, em que um aumento por produtividade era negociado"<sup>19</sup>.

Mas, as negociações se diferenciavam a partir de dois setores produtivos básicos no interior da atividade industrial, quais sejam: o "competitivo", "representando as típicas empresas pequenas e médias em cada indústria, e o setor "grande empresa" representando empresas que são realmente grandes e, supostamente grandes em relação ao seu mercado, com o implícito poder de mercado". As primeiras seriam receptoras de preços "tanto no mercado de produtos quanto no de trabalho". As segundas, definidoras do valor das mercadorias no contexto produtivo nacional<sup>20</sup>.

Nas grandes empresas se encontraria o eixo das políticas de rotatividade de mão-de-obra, pois, como a política de rebaixamento de salários atinge, principalmente, os setores não qualificados e medianamente qualificados, a rotatividade integra as estratégias empresariais, também com vistas

à dispensa dos operários com altos salários e a contratação de outros que são elevados a funções superiores, mas sem receberem o salário correspondente do trabalhador dispensado: "a deriva negativa pode ser associada com as políticas de rotatividade dos empregadores, de dispensa de trabalhadores a fim de substituí-los por outros com menores salários"<sup>21</sup>.

A questão patronal da disciplina da força de trabalho participa do raciocínio do economista. Ela integra uma equação de gerência do mercado de trabalho, via pressão organizacional: "as razões entre os salários dos setores de grandes empresas e de empresas competitivas...são indicadores do ágio pago pelo setor de grandes empresas para garantir a qualidade e a disciplina da força de trabalho"<sup>22</sup>.

Em conclusão, Smith indica um fato interessante: "o setor competitivo mostrou quedas de salário real de 1961 a 1971 e ganhos reais de 1971 a 1976, enquanto o setor de grandes empresas mostrou reduções reais de 1961 a 1966, ganhos de 1966 a 1971 e perdas novamente de 1971 a 1976". O que significa que, às vésperas dos movimentos grevistas de 78 a 80, no ABC, o arrocho salarial localizava-se com maior intensidade nas grandes unidades empresariais<sup>23</sup>.

Ao estudar a consciência do proletariado, no processo político populista circunscrito aos anos de 1930 a 1935, Antunes (1988a) trabalhou com uma multiplicidade de formas de sua manifestação. E seu pressuposto a presença da dimensão ontológica da consciência, tomada de Lukács, como "faculdade de reflexão e de modificação do real, a partir da determinação desse mesmo



real", sendo o real, o trabalho em sua expressão genérica, a sua referência universal determinante<sup>24</sup>

A consciência operária é aquela historicamente configurada, através do movimento operário em curso, numa determinada formação social. Ela emerge revelando dois aspectos conflitantes " a coisificação (e) a insatisfação oriunda da sua posição de classe no processo de produção" Esses dois elementos integrantes da contradição objetiva da consciência operária permitiria o "salto" da coisificação para o momento da consciência verdadeira e a "fusão da *praxis* com a concepção teórica socialista" (Antunes, 1988a:21) É de se destacar que ao estudar consciência de classe o autor não traz ao horizonte da reflexão crítica a produção da própria subjetividade dos trabalhadores, ou das classes subalternas, mantendo o horizonte universal abstrato das premissas lukacsianas

Desde as primeiras páginas da "Classe operária, sindicatos e partido no Brasil", até as finais do segundo livro aqui analisado - "A Rebeldia do Trabalho" - a consciência socialista revolucionária é a única forma de consciência emancipadora concebida como possibilidade histórica no Brasil Isto porque ele defende a tese da inviabilidade objetiva de formação de uma aristocracia operária, nos moldes da existente em algumas sociedades européias, ou mesmo norte-americanas, a que corresponderia a uma consciência reformista, com algum conteúdo libertário

As estratégias empresariais das unidades produtivas presentes no processo de contestação do capital, não pertencem ao universo das preocupações centrais do autor - que realiza suas reflexões teóricas através do

estudo dos processos grevistas, onde o empresariado não se faz imediatamente presente.

A consciência operária coisificada viveria um processo de obscurecimento, e a consciência de classe obscurecida é outra forma de sua manifestação Neste caso ela é "condição para a preservação do regime burguês" (idem 22). A essa forma Lukács denominou "consciência real" do proletariado, a consciência empiricamente dada, no nível da individualidade operária. Esta individualidade é contraposta a possibilidade de emancipação material e ideológica dessa classe. Daí a razão de ser do conceito de consciência possível, que vincula-se à possibilidade de "consciência de classe plena" dada, segundo o autor, pelo marxismo Essa forma de consciência se contrapõe à "consciência do fato real", nas palavras de Goldmann, por ele citado e, por isso, ela é considerada, também, "consciência de classe atribuída", que só se realiza através da articulação do movimento operário com os partidos revolucionários.

Como a análise concreta deve respeitar o movimento real da história das lutas operárias, os portadores da força de trabalho, em Antunes (1988), ora são reconhecidos no movimento operário, ora no interior das organizações sindicais. O movimento operário seria expressão de uma das possibilidades reais de manifestação dessa classe, dada na articulação de interesses imediatos às lutas políticas sintonizadas com organizações político-partidárias. Já o movimento sindical seria uma das formas organizativas da classe, de onde emerge a possibilidade da greve, como da conciliação dos trabalhadores com o patronato.

A greve, de seu lado, pode se apresentar como ponto de intersecção do movimento operário e do movimento sindical. Em Antunes (1988a) é o partido o mediador do processo político vivido pelo movimento operário articulado ao sindical. Mas em sua segunda obra, Antunes (1988b) são os sindicatos de trabalhadores, como forma organizativa de toda a luta operária, que chama a atenção, na conjuntura de 1978 a 1980.

As formas de consciência de classe tratadas não são definidas abstratamente. Elas são entendidas na correspondência com momentos distintos do desenvolvimento das relações sociais de produção e da luta de classes. Por exemplo, no Brasil, segundo Antunes, não cabe a concepção de desenvolvimento clássico das relações de produção capitalistas, nos moldes do processo europeu, e a consciência de classe dos trabalhadores organizados reflete outra formação social através de suas particularidades. O autor trabalha com o conceito de via colonial na análise da gênese do processo de trabalho existente.

O conceito de via colonial de desenvolvimento capitalista traz luz à compreensão do processo de transformação das forças produtivas e das relações de produção no Brasil, desde o início do século até fins dos anos 30. Trata-se de uma definição do caráter do capitalismo brasileiro, de sua particularidade, "... que dentro de contornos dados pela via colonial tem o seu processo de industrialização constituído hipertardia... evidentemente, subordinado ao capitalismo na sua fase monopolista". O conceito tenta dar conta dessa peculiaridade da formação social brasileira, no interior do

sistema capitalista mundial (Antunes, 1988a:49)

Dessa forma, analisando a gênese do processo de trabalho nas unidades que denominou "indústrias fundamentais" em particular a têxtil, reconheceu na sua implantação o seu caráter de grande indústria que não foi precedida por nenhuma unidade produtiva manufatureira. Sua análise se estende até 1935, para se debruçar sobre as relações históricas objetivas havidas entre movimento sindical e a Aliança Nacional Libertadora. Nesse período a classe operária formou-se "na particularidade objetivada pela via colonial", no interior de um processo lento de industrialização "pagando alto tributo às formas de produção dadas pelo latifúndio agro-exportador". E sua conclusão é de que a classe operária "já nasce, objetivamente, dentro daquelas condições, que caracterizam a última fase do trabalhador europeu clássico..., (embora) essa grande indústria exista em algumas manchas do país, estas submersas a um mundo ainda predominantemente agrário"(Antunes, op cit. 58).

A revolução de 1930 realizou as características essenciais da via colonial, particularmente "o fortalecimento do Estado (e a)... exclusão de qualquer efetiva participação das classes subalternas no pacto de poder". Disso decorre que "o verdadeiro entendimento da atuação da classe operária no imediato pós-30 está diretamente ligado, também, à nova forma adquirida pelo Estado varguista". O Estado fortalecido gerou o sindicalismo de estado, enquanto forma e conteúdo organizativo do movimento operário reivindicativo. E a fragilidade da consciência operária era diretamente proporcional à densidade do movimento que

reunia categorias profissionais vinculadas aos setores empresariais e aos respectivos sindicatos. Essa constatação leva o autor a considerar que o movimento grevista e que permite a configuração do nível de consciência operária naquele período histórico e não a ação sindical cotidiana subordinada ao Estado varguista.

O conceito de falsa consciência prevalece nas suas indagações, na abertura do capítulo que trata do movimento grevista e a consciência de classe. Este conceito se contrapõe a outro - o de verdadeira consciência - não necessariamente revolucionária. E o movimento grevista e que será a mediação para qualificar o "nível de consciência operária". Nesse momento ele reconhece na espontaneidade a forma dominante de apresentação do movimento grevista, entre os anos de 1930 a 1935. A luta se desenvolvia para a recuperação salarial, para a redução da jornada de trabalho, para a definição do período de férias, consignas que evidenciavam que a greve - e não eventuais acordos com as classes empresariais - era a forma de ação dominante, embora espontânea.

A perspectiva de emancipação da classe operária do sistema capitalista não era evidente. O Partido Comunista não tinha conquistado a consciência emancipada possível à época, na perspectiva de imprimir conteúdo revolucionário ao movimento.

Ao lançar uma questão teórica central sobre a capacidade da classe operária transitar do em si ao para si, Antunes se volta contra as interpretações que justificam o difícil movimento para uma forma superior de consciência, pela origem rural dos

trabalhadores das grandes indústrias então existentes. Isso porque,

*"a explicação privilegiada da "origem rural" da classe operária não dá conta de que, ao transitar para o mundo industrial, altera-se a natureza do grupo social, cujo comportamento e consciência de classe não podem ser explicados pela consciência real, empírica, verificada na sua situação anterior" (Antunes, op. cit.:59).*

Importa antes, destacar que o conteúdo do conceito de via colonial revelou sua dimensão histórica e transitória, pois emergiu de um processo particular de desenvolvimento da produção material e das relações sociais antagônicas determinadas. O limite do conceito está inscrito, portanto, na própria história da formação social brasileira, desde a implantação da grande indústria até meados do século XX.

O capitalismo mundial que se redimensionou, pela via da internacionalização do capital produtivo, trouxe à classe operária novos conteúdos que participariam da constituição de sua consciência. Esse processo de internacionalização promoveu a superação das formas existentes de exploração da força de trabalho, como da reprodução do capital, em todas as economias integradas ao sistema capitalista.

A via da internacionalização do capital produtivo trouxe, consigo, a crise do populismo como fenômeno democrático de massa, desde o suicídio de Getúlio Vargas. Essa mesma via promove a superação das trocas comerciais que dominavam o mercado mundial, implanta um processo de importação e exportação de capital e a decorrente transnacionalização do capital produtivo. Impôs novas relações dialéticas do

desenvolvimento do mercado interno e internacional<sup>25</sup>

Heimer (1978) constatou que:

*"No final da década de cinquenta as grandes empresas norte-americanas se defrontavam com as consequências de um processo que elas mesmas haviam ajudado a desencadear: o rápido crescimento da Europa e do Japão, promovido em anos anteriores pelos Estados Unidos com o objetivo de fortalecer o sistema capitalista mundial,... em lugar de exportar produtos, começam afundar no exterior unidades de produção e comercialização de produtos. As grandes empresas nacionais se convertem em empresas multinacionais"*<sup>26</sup>.

A via da internacionalização do capital produtivo trouxe a quebra da unidade das economias do Hemisfério Sul e a crise no interior dos foros que integram os chamados países em vias de desenvolvimento. As relações Sul-Sul foram também transnacionalizadas a ponto de impedir a formação de mercados regionais alternativos ao complexo trânsito econômico financeiro instalado através das economias capitalistas hegemônicas e os organismos internacionais que lhes servem. A "dominância da articulação capitalista extrovertida é essencial para se compreender a evolução histórica do Brasil, a formação de suas grandes opções econômicas e classes sociais e as próprias relações de produção..."<sup>27</sup>.

#### A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

O objetivo dessa terceira parte, como o foi das anteriores, é captar o significado histórico concreto do conceito de superexploração do trabalho utilizado na análise de distintas greves, com vistas a explicar as relações sociais de produção e a consciência de classe operária delas derivadas.

Em seu segundo trabalho Antunes (1988b) recorreu ao conceito de superexploração do trabalho, de greve e de consciência de classe inúmeras vezes mas, desta vez, a consciência ganha referências concretas, se associando aos conceitos de direções e dirigentes sindicais, além de liderança de movimentos grevistas.

Enquanto a classe operária é exposta através de suas formas presentes de manifestações, como movimento, como categoria profissional, entre outras, o empresariado recebe a denominação genérica e abstrata de capital, ou caso raro, patronato.

A tese central que o autor desenvolve de forma convincente, para a época que trata é a da impossibilidade da existência de uma aristocracia operária emergente nos setores "de ponta" da economia e da produção industrial, como é o metalúrgico e, conseqüentemente, da impossibilidade das lideranças sindicais produzirem qualquer ideologia reformista, nos moldes da social-democracia européia.

A primeira referência ao conceito de superexploração do trabalho dá-se quando o autor trata da campanha sindical dos metalúrgicos, de 1977, quando afirma que o estudo daquela campanha permitiria entender como refletiu "ao nível da consciência contingente, a superexploração do trabalho, dada pela depressão salarial obtida pela manipulação dos índices...(governamentais de inflação ocorrida em 1973)". A segunda ocorre por ocasião da greve da empresa Scania, em junho de 1978, no contexto e lutas perante uma empresa transnacional.(Antunes, 1988b 18 e22).

Para ele, o "ressurgimento da ação reivindicatória grevista no Brasil" era visto

como uma rejeição a "uma política salarial que, ao articular as formas relativas e absolutas de mais-valia, exprimia um cotidiano imerso no modo de superexploração do trabalho". Isso significaria, também, voltar-se "contra o arrocho salarial", contra "o despotismo fabril", contra a "opressão cotidiana" da massa operária metalúrgica, contra "uma organização do processo de trabalho", direcionada para a superexploração, que se tornava mediação concreta que definia as particularidades das ações metalúrgicas (Antunes, 1988b 26 a 29).

Polemizando com as tese de Gorz (1968) afirmava que as condições de luta dos operários do ABC, naqueles anos eram distintas das lutas operárias européias ocidentais, tratando-se mais de um combate sem tréguas à superexploração do trabalho, que de contestação da organização taylorista do trabalho, implantada pelos sólidos monopólios europeus transnacionais. Daí porque voltaria a afirmar: " estas (lutas) incidiram centralmente sua ação espontânea contra a superexploração do trabalho, contra o arrocho salarial"(Antunes, idem. 30 e 31).

Ele apresenta seu argumento "o ato de fazer greve já era, em si, uma estupenda vitória", pois denunciava acima de tudo "a política econômica fundada na superexploração do trabalho, na simbiose extenuante e intensificada das formas absolutas e relativas de extração do sobretrabalho" (Antunes, idem. 37 e 38).

A greve geral metalúrgica de 1979 dar-se-ia nesse mesmo contexto: "sua motivação essencial foi idêntica à anterior: luta contra o arrocho salarial, contra a superexploração do trabalho" a despeito dessa não ter no seu

interior a ação "explícita de uma *direção consciente*". Essa direção, como ele a definiu, é "uma superação qualitativa do espontâneo. uma vez fundada na existência de uma orientação política cientificamente elaborada" E, novamente retomando o conceito, afirmava que o mesmo implicava numa ação "de confronto e ofensividade contra a raiz da política econômica baseada na *superexploração da força de trabalho* constituiu-se numa expressiva vitória do movimento operário (idem 59, 59 e 61).

A greve geral metalúrgica de 1980 viveria a grande derrota da classe operária. No entender desse pesquisador, " não seria *exclusivamente* uma derrota dos metalúrgicos do ABC, *mas de toda classe operária em sua luta contra a base de sustentação da política econômica do poder ditatorial, contra o arrocho salarial e contra a superexploração do trabalho*" A superexploração era visível na pauta de reivindicações do movimento, que envolvia "ganho de produtividade, além do INPC, um piso salarial aceitável, a estabilidade como contraposição a rotatividade da força de trabalho, bem como a reivindicação pela redução da jornada de trabalho, cujo eixo visava questionar a intensidade da exploração do trabalho (idem 76 e 83).

Se compreendemos bem o raciocínio de Antunes em A Rebelião do Trabalho, uma de suas conclusões seria que a "contenção salarial constituiu-se em instrumento eficaz (de um) "novo" padrão de acumulação (pois) o período 78 a 80 teria registrado " um corte de 25% nos salários reais." E, associado a esse processo os metalúrgicos teriam vivido a intensificação da jornada de trabalho e o incremento tecnológico (da produção)" assistindo-se em conseqüência,

uma forma de "articulação que particulariza o capitalismo no Brasil, no seu pólo industrial mais avançado: a superexploração do trabalho através do incremento das dimensões absolutas e relativas da mais valia" (idem 108).

Sua pesquisa toca numa temática relacionada ao que pode ser denominada de economia política da greve, quando se refere a dados que "indicam que o padrão de acumulação tem na superexploração do trabalho um pilar decisivo, com conseqüências extremamente nefastas" que dariam o impulsionamento do crescimento econômico através do arrocho salarial e o conseqüente "empobrecimento crescente das massas assalariadas" (idem: 108 e 109).

Mais adiante, na análise do que resultou da "ditadura bonapartista" exercida pelo governo do general Ernesto Geisel, retoma esse mesma argumentação afirmando que aquela ditadura "economicamente garantiria a superexploração do trabalho, patrocinando curta, mas intensa acumulação (que) politicamente desorganizara o movimento operário e desbaratara as oposições" (Antunes, 1988b: 122 e 123).

Ao final desse denso capítulo, aqui citado inúmeras vezes, o autor conclui que:

*" ao contrário de condições e relações de trabalho favoráveis, o mundo do trabalho vivenciava uma realidade despótica e opressiva, um ritmo extenuante de trabalho, controlada pelo cronômetro taylorista e pela produção em série fordista, além de uma jornada de trabalho prolongada pelos turnos de trabalho. Todos estes elementos configuram o que temos caracterizado como sendo a superexploração do trabalho " (idem: 164).*

## A CONTROVÉRSIA

O reconhecimento da existência de uma consciência revolucionária é um dos temas mais polêmicos que atravessou o século XIX e XX, trazendo às lutas operárias um contorno problemático. O processo de atribuição da consciência revolucionária foi discutido por Kautsky, Rosa de Luxemburgo, Lenin e Gamski. Ao referir-se a dois desses autores, Antunes permitiu vislumbrar o plano das contradições presentes na polêmica. Para Kautsky "a consciência socialista moderna (surge) com base em profundos conhecimentos científicos (e) o socialismo e a luta de classes surgem paralelamente e não são criadas uma pela outra" Para Lenin a vanguarda foi concebida "como organizadora da teoria socialista que se *funde* com o movimento operário. Neste sentido a consciência política da classe operária vem de fora da luta econômica, de fora das relações diretas entre patrões e empregados, através dos intelectuais revolucionários, portadores do conhecimento e da compreensão global do processo de produção" (Antunes, 1988b: 29 a 37. O grifo é do autor).

Pela densidade desses autores vê-se que essa polêmica mais dividiu que unificou o movimento operário. Pois, ao final, tratava-se de definir o que seria a consciência de classe proletária, posteriormente compreendida como a "consciência que o trabalhador tem de sua existência social, encarada no antagonismo estrutural necessário da sociedade capitalista, em contraste com a contingência da consciência de grupo que percebe só uma parte mais ou menos reduzida da configuração global"(ibidem).

Seria esse um conceito de referência última para se analisar a consciência do fato real, ou consciência psicológica, empírica, atribuída? A resposta é controversa e pressupõe a análise concreta de situações concretas. Coisa que Antunes buscou realizar nos dois trabalhos citados, ao tomar de Gramsci o conceito de consciência econômica corporativa que emerge da "unidade homogênea corporativa, que percebe (sic) a importância de organizar o grupo profissional". Mas, "esta consciência é restrita a tais *segmentos* (sic) e não abrange a unidade do *grupo social* (sic) mais amplo, a classe", segundo Antunes (1988b: 35).

Aqui se coloca a questão de se considerar o momento da análise em que a "classe proprietária" deve ser reconhecida na sua integridade e como essa integridade emerge a contradição capital/trabalho no nível da consciência dos empresários capitalistas. Essa e outras questões, referentes ao processo de realização da grande empresa capitalista foram trabalhadas em "A Rebeldia do Trabalho".

A crise de desenvolvimento decorrente do processo de internacionalização do capital produtivo exige, no entanto, nos dias de hoje, novo esforço de compreensão do caráter contemporâneo das relações de produção no interior de nossa sociedade e, em decorrência, das lutas de classe. As relações de produção da classe operária, analisadas na obra de Antunes (1988 b), afirmaram conteúdos, dados pelo que ele denominou processo de superexploração do trabalho. Mas, por ocasião das greves de 1978 e 1980 realizadas no ABC, a via colonial não mais estaria presente como aspecto central do desenvolvimento das forças produtivas, nem das relações sociais de produção. Integraria

aspecto marcante, sem dúvida, mas da história passada.

O estudo desses movimentos tem seu mérito inicial no que contribui para evidenciar as formas peculiares de controle do trabalho pelo empresariado de maneira diferenciada das realizadas sobre os trabalhadores europeus clássicos. Contribui, também, para evidenciar que o conceito de superexploração do trabalho reflete uma realidade histórica e transitória.

Mas não acolhemos a idéia de que a superexploração do trabalho, analisada nessas duas obras, se integra a um universo teórico conceitual central, pois, tomá-la como premissa implicaria em abstrairmos as condições histórico-concretas de reprodução da força de trabalho. Isso por duas razões.

A primeira diz respeito ao fato do autor sempre reportar esse conceito de superexploração na identificação das particularidades do capitalismo brasileiro, desde sua configuração pela chamada "via colonial" até a articulação do processo de extração da mais valia relativa à mais valia absoluta e à sustentação que essa forma de exploração da força de trabalho se associa a um despotismo do capital, entre outras tantas afirmações.

A segunda, pelo fato do conceito voltar-se à análise das condições gerais de exploração da classe operária brasileira, com vistas a defender a inexistência de uma aristocracia operária no Brasil, mesmo se integrante de um dos setores de ponta mais dinâmicos e complexos da economia, como é o metalúrgico do ABC. Disso resultou a constatação da impossibilidade da luta econômica dos operários metalúrgicos

configurar-se como expressão de uma consciência reformista.

Na "Rebeldia do Trabalho", o autor se refere à superexploração do trabalho e não da força de trabalho, o que parece ser fenômeno distinto. Quando falamos de exploração do trabalho nos referimos ao trabalho produtivo em geral, universalmente constituído no sistema capitalista. Seria o mesmo que tratar da superexploração capitalista do trabalho.

A referência à força de trabalho não dispensaria o entendimento do processo de trabalho vivido por determinada parcela da classe operária, no interior de grandes indústrias, para ficarmos restritos ao universo social investigado pelo autor. Daí ser legítimo indagar se esse processo não poderia ser abordado dentro da contradição que se realiza na dialética do trabalho abstrato/trabalho concreto, que nos permita compreender situações, a partir das quais emergem os padrões de produção e reprodução da força de trabalho em estudo?

E, mais ainda: teria a internacionalização do capital produtivo impresso novo conteúdo ao desenvolvimento das forças produtivas no país, nos anos cinquenta em diante, e às relações sociais de produção e reprodução do capital e da força de trabalho?

É certo que o autor refere-se ao processo de exploração da força de trabalho metalúrgica, "à intensidade extenuante do trabalho (ao qual) acrescia-se o prolongamento da jornada de trabalho" esclarecendo desta vez que utilizou a noção de superexploração do trabalho "para *ênfatisar e precisar* a maneira pela qual a indústria automobilística no Brasil utilizou-se, ao limite, destas duas formas de extração

da mais-valia", a relativa e a absoluta, conjugadas.

Ao referir-se aos documentos do I Congresso dos Metalúrgicos, realizado em 1974, onde se afirmava que "a exploração do trabalho não se manifestava somente mediante o pagamento de baixos salários", o autor poderia distinguir o caráter ideológico das duas demarcações concretas: exploração e superexploração.(citado de Antunes, 1988b 146).

Sua conclusão maior a partir de então é que o arrocho salarial (e a superexploração do trabalho) tornou-se "o elemento unificador central, decisivo, capaz de superar a heterogeneidade objetiva, estrutural e operar um processo de homogeneização, no plano reivindicatório, das *distintas subjetividades* que compreendem o contingente metalúrgico, fazendo detonar o movimento grevista em estado de letargia havia cerca de uma década."

Para ele, aderindo à tese de Florestan Fernandes, citada em seu livro, a internacionalização e a aceleração do desenvolvimento capitalista brasileiro "não só agravaram desequilíbrios regionais crônicos, como plantaram nas metrópoles um estado de inconformismo exacerbado, que só não é mais perigoso para a ordem estabelecida porque ainda se manifesta de modo predominantemente espontâneo e anônimo". Seria tema para desenvolvimento de futuras reflexões teóricas a relação dialética entre a via colonial e a internacionalização referida (Antunes, op. cit 159 e 160).

Discutindo, anos antes, o padrão de vida operário nos países não-desenvolvidos e a tese da superexploração, Singer (1979)



contrariou esse argumento ao afirmar que "o peso da produção de qualquer capitalista individual no custo de vida operário, por maior que seja a concentração do capital é necessariamente insignificante". Daí porque a elevação da produtividade dá-se por imperativos determinados pela concorrência que se realiza sempre em escala internacional, no caso das indústrias metalúrgicas.

De outra parte, tanto a mais-valia absoluta como a relativa estão presentes em todos os processos de produção das economias capitalistas, desde as originárias do capitalismo clássico, como as decorrentes de processos tardios. Isto significa que mesmo com a manutenção de jornadas reduzidas de trabalho "a resposta do capital... tem sido sempre a *intensificação* do trabalho, o que não passa de outra modalidade de mais-valia *absoluta*"<sup>28</sup>

Antunes trata a contraparte do trabalho como capital, sem especificar as particularidades de sua implantação no Brasil e, em decorrência, a expansão da internacionalização do capital produtivo como um dado, antes que um processo que poderia, como dissemos, atingir ou não o caráter central do desenvolvimento da formação social brasileira, denominado por via colonial.

Caberia indagar, por fim, se o estudo sociológico da subjetividade do trabalhador, integrada a distintas unidades empresariais, à época das greves, não teria que levar em consideração as estratégias empresariais de cada empresa metalúrgica envolvida pelos movimentos grevistas e daí verificar sua presença, enquanto referência ideológica dominante, no interior do movimento

sindical. Isto porque, o diálogo entre forças de trabalho e forças patronais é pressuposto das próprias organizações classistas, a partir das quais as classes se representariam ideologicamente perante sua oponente.

Talvez, no futuro, para se estudar movimentos grevistas, que não se generalizarem como os ocorridos em 1978 a 1980, no ABC, fosse necessário o entendimento das particularidades das relações capital/trabalho vividas em distintas unidades empresariais, na perspectiva de avançarmos para uma interpretação teórica das formas de consciência dos trabalhadores, manifestas nas lutas pela emancipação cultural e política das classes subalternas.

<sup>1</sup> Lenin (1912). "Liberalismo y democracia". In: **Obras Escogidas**, tomo III, Moscou, Editorial Progreso, p. 431

<sup>2</sup> Lukács, G. (1966). "La lucha entre liberalismo y democracia". In: **Problemas del Realismo**. México, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económico, p. 261.

<sup>3</sup> idem, p. 263.

<sup>4</sup> idem, p. 264 e 265.

<sup>5</sup> idem, p. 267.

<sup>6</sup> idem, p. 286.

<sup>7</sup> Lukács, G. (1938). "El ideal del hombre armonioso em La estática burguesia". In: **Problemas...**, op. cit., p. 119.

<sup>8</sup> Luxemburgo, Rosa (1975). **Reforma Social ou Revolução** Lisboa. Publicações Escorpião, dez., p. 50.

<sup>9</sup> Lukács, Georg (1969) **História y consciencia de clase** México, Grijalbo, S.A. p. 95.

<sup>10</sup> Dowbor, Ladislau (1982). **Salário e Lucro na Divisão Internacional do Trabalho**. Lisboa, A Regra do Jogo, p. 13

<sup>11</sup> Souza, Paulo Renato (s/d). "Salário e mão de obra excedente". In: **Valor, Força de Trabalho e Acumulação Capitalista**, São Paulo, Estudos Cebrap, p. 69-112. Citado da página 70 e 71. A taxa de salário, "o salário de base do mercado de trabalho", como o define Souza (s/d, p. 73) deve ser diferenciada não apenas segundo os chamados setores da economia: primário, secundário e terciário, pois tal compreensão não tem significado para o movimento sindical de trabalhadores. Ela deve ser entendida mais como o salário base, concebido em convenções sindicais, conhecido como piso salarial de categorias profissionais, do que a referência a um mercado de trabalho, onde estejam presentes a população configurada como oferta, e o número de empregos oferecidos, como demanda em abstrato da força de trabalho.

<sup>12</sup> Op. cit, p. 76 e segs. Souza, distingue cinco períodos

recentes e distintos do processo de acumulação brasileiro: 1) de 1952-59; 2) de 1960-63 ; 3) de 1968-73 ; 4) de 1974-78. p. 78 e segs.

<sup>13</sup> Idem, p. 80.

<sup>14</sup> Dull, Klaus (1978). "Que signifie la stratégie d ' autonomie de entreprise?". In : **Sociologie du Travail**, Paris, PUF, 1/78, p. 37-42. Citada da p. 39.

<sup>15</sup> Bechtle, Günter (1978). "Entreprise, production, utilisation de la force de travail". In: **Sociologie du Travail**, op. cit, p 52.

<sup>16</sup> Mészáros, Istivan (1989). **Produção destrutiva e estado capitalista**; tradução Georg Toscheff. São Paulo, Ensaio, Cadernos Ensaio, pequeno formato, v. 5, p. 37. Como o autor esclarece, o *tempo disponível* é o "princípio orientador da reprodução societária" (idem). A penúria e a indignidade resultante do desemprego e de péssimas condições de realização do trabalho assalariado atravessou continentes e épocas. É impressionante a semelhança de nossa época à descrita por Engels, no tocante às condições de vida e moradia dos trabalhadores ingleses, em meados do século passado, em seu livro "Situação da classe trabalhadora na Inglaterra".

<sup>17</sup> Mandei, Ernest (1986). "Marx, a crise atual e o futuro do trabalho humano". In: **Quatrieme Internationale**, n. 20, maio. (tradução de José Almeida de Souza Jr.), mimeografado, fls.12a 16.

<sup>18</sup> Smith, Russel E. (1988). "Política salarial, mercado de trabalho e salários industriais no Brasil, 1960-1976: uma análise por propriedade e tamanho da empresa". In: **Revista de Economia Política**, São Paulo, Centro de Economia Política, v. 8, n. 1, janeiro/março, p. 51.

<sup>19</sup> Smith, op. cit., p. 57.

<sup>20</sup> Idem, p. 59.

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> Idem, p. 60. Tivemos a confirmação deste fato num encontro, no ano de 1981, com o diretor de recursos humanos da Rodhia, que é a empresa monopolista européia que mais tinha investimentos na América Latina. Disse-nos àquela altura, em que se processava a nacionalização da empresa pelo governo Mitterrand, que essa não tinha política de dispensa de trabalhadores, do seu "staff" administrativo, pelo menos, que pudesse refletir na elevação do nível de desemprego desse setor no país. Simplesmente por que ao desencadear o processo de dispensa de um trabalhador, o Departamento de Pessoal contactava os fornecedores da Rodhia, que integram o setor empresarial competitivo, oferecendo-lhes os trabalhadores a serem dispensados. A tendência, segundo esse diretor era da aceitação das indicações da Rodhia em praticamente todos os casos. Para nós, esse fato não revelou propriamente uma tendência, mas sim, a prática de coação exercida pelas grandes empresas sobre a política de contratação de trabalhadores, de seus fornecedores, integrantes do setor competitivo, para além das já apontadas pressões sobre os preços de seus produtos e dos salários de seus empregados.

<sup>23</sup> Idem, p. 67.

<sup>24</sup> Antunes, R. (1988a). **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: da revolução de 30 até a aliança nacional libertadora**. São Paulo, Editora Cortez/Editora Ensaio, 2ª ed., p. 17. A segunda obra é: Antunes, R. (1988b). "A rebeldia do trabalho", São Paulo, Ensaio, Campinas, Ed. Unicamp, 1988.

<sup>25</sup> Confira Schilling, Paulo (1979). **Como se coloca a direita no poder**. São Paulo, Global Editora. Nessa obra ele chega a qualificar o governo de Juscelino de entreguista, de um ' entreguismo mais ou menos desenfreado em substituição ao nacionalismo de Getúlio" (p. 35). De seu lado ianni (1971) em sua obra **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira chega a declarar que "o Programa de Metas do Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira... demonstra perfeitamente a elaboração prática do modelo de associação internacionalista, como política de expansão da economia brasileira" (p. 124).

<sup>26</sup> Heimer, Stephan (1978). **Empresas multinacionais: a internacionalização do capital**. Rio de Janeiro, Edições Graal, p. 7. Desde então, já ficava claro o compromisso do desenvolvimento do capital monopolista no Brasil, que nunca pode ser chamado de nacional. Como o confirmou Rodrigues (s/d), "... o *conceito nacional* é preciso sublinhá-lo ainda que pareça tão evidente... não deriva da origem (geográfica) da propriedade, mas sim da *posição política a que a propriedade conduz uma parcela da burguesia*. É uma noção política e não geográfica", (grifo nosso). Rodrigues, Carlos Rafael (s/d). **Lenin e a questão colonial**. Lisboa, Iniciativas Editoriais. Citado de Caccia-Bava, A. Jr. (1987). **A dialética do anticolonialismo: economia política da política exterior brasileira**. Tese de mestrado, São Paulo, PUC, mimeografado, fls. 54.

<sup>27</sup> Dowbor, Ladislau (1982). **Capitalismo dependente no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, p. 39. Citado de Caccia-Bava. Augusto Jr., op. cit. fls. 23.

<sup>28</sup> Singer, P. (1979). **Economia política do Trabalho: elementos para uma análise histórico estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista**, São Paulo, Hucitec, p. 171 e segs.